

Práticas de trabalho e produção de saberes no cotidiano de mulheres pescadoras

MARIA CRISTINA MARTINS¹

mariacrismartins@yahoo.com.br

Universidade Federal de Sergipe

RESUMO:

O presente artigo propõe discutir a produção de saberes, categorizados como tradicionais, oriundos das práticas de trabalho na pesca artesanal e na relação com os ecossistemas naturais. Os dados apresentados foram coletados através de pesquisa de campo com entrevistas coletivas e registros no diário de campo. A população pesquisada foi um grupo de mulheres que exercem atividades no beneficiamento do pescado, especificamente a extração da carne do siri, denominadas descarnadeiras de siri. O grupo pertence a famílias de pescadores artesanais residentes em uma comunidade localizada no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. A metodologia de trabalho baseou-se nos pressupostos da pesquisa etnográfica, abrangendo um universo de vinte mulheres e sete famílias. Aqui é apresentada uma parte desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE:

Saberes, Trabalho, Pesca, Mulheres.

O LUGAR: TERRITÓRIO DE VIDA E TRABALHO DOS SUJEITOS

Os primeiros habitantes da Baía de Guanabara, os índios Tamoios, a denominavam de seio do mar. Os Portugueses possivelmente a confundiram com um rio ou canal (Martins, 2005). Os compositores, em suas músicas, immortalizaram “suas águas” e as “Luzes da Guanabara”². É também das águas da Baía de Guanabara e de seu ecossistema de manguezais, que os sujeitos da pesquisa retiram o seu sustento e lançam seus olhares de fim de tarde, no retorno dos barcos. Algumas, como a mais velha informante, dona Semirami, começou seu trabalho na pesca há noventa e dois anos. É ela quem nos traz a memória de um tempo onde o pescado era abundante na Baía, oferecendo trabalho a todos. A população de Itaoca, composta apenas por famílias de pescadores, estabelecia relações de vizinhança e proximidade, o que hoje não é mais possível, já que o processo de ocupação do solo urbano nessa região cresceu de forma acelerada e desordenada, ampliando as áreas de posse, inclusive naquelas consideradas de preservação, como as de manguezais³. Para a população da Ilha de Itaoca, a Baía de Guanabara constitui-se nas possibilidades de renda, lazer e transporte, já que é por ela que se acessa de barco à Ilha. E é também por ela que chegam os que eles denominam de “os lá de fora”.

Antigamente era todo mundo parente conhecido.
Tem muita gente que eu não conheço mais. Muita

gente passa e eu não conheço mais. Só alguns que gritam... Oh Semirami!

A pesquisa foi realizada com um grupo de vinte mulheres e sete famílias ligadas tradicionalmente à pesca artesanal, com idades compreendidas entre os vinte e oito e os setenta anos, com a exceção da mais velha que já contava noventa e dois. Os trechos dos relatos que aparecem no texto foram produzidos no processo de pesquisa de campo, através de entrevistas coletivas, no espaço de trabalho das mulheres, denominado de *roda de siri*, e no diário de campo. Essas mulheres trabalham no beneficiamento de pescado, especificamente na extração da carne de siri e se denominam descarnadeiras de siri, nomenclatura mantida no texto. Em outras regiões do Brasil e do Estado do Rio encontram-se outras designações, como: catadeiras, desfiadeiras, marisqueiras. A pesquisa se dá no município de São Gonçalo, no bairro denominado de Itaoca, uma Ilha ao fundo da Baía de Guanabara, que se liga através de uma ponte com a famosa Ilha de Paquetá, com uma população de aproximadamente 4.000 habitantes (dados da Prefeitura de São Gonçalo/2004).

O trabalho das mulheres no beneficiamento do siri é realizado em suas residências ou na casa de vizinhos, sempre de forma coletiva, com uma disposição em círculo, a chamada *roda de siri*.

A remuneração é baseada na produtividade individual; cada mulher recebe pela quantidade de carne extraída e pesada, entregue ao pescador ou atravessador, chamado também de “pombeiro”. O valor

pago às as mulheres por cada quilo é de R\$ 1,80 a R\$ 2,00 (dados 2004/2005). Para extrair um quilo de carne de siri são necessárias em média quatro horas de trabalho, para as mais experientes. O valor de venda fica entre R\$ 5,00 e R\$10,00. O trabalho de pescar é dos homens, que capturam o produto na Baía de Guanabara, no entorno de Itaoca ou, quando necessário, em regiões mais longínquas e até fora do Estado.

A extração consiste na retirada da carne do crustáceo, previamente cozido, utilizando-se uma pequena faca de ponta, usada como espátula, para extrair os filamentos de carne das patas (quelípodas) e carcaça (abdômen e peças bucais) do siri. O catado é depositado em recipientes (caixas de plástico ou vasilhas domésticas). O processo de extração da carne produz ferimentos perfurocortantes, que podem até levar à perda das digitais. As mãos das descarnadeiras, em períodos de longas jornadas de trabalho, ficam inchadas e sangram. É uma atividade com baixa remuneração e sem vínculo empregatício, pela própria natureza de trabalho na pesca artesanal. Somente parte das mulheres entrevistadas — 40% — possuíam registro de marisqueira, fornecido pela Colônia e Associação de pescadores locais. O trabalho feminino na pesca artesanal é bastante desvalorizado no Brasil, tanto pelas questões ligadas ao gênero como pelas de ordem estrutural, de proteção ao trabalho feminino, política de financiamento, geração de emprego e renda (a esse respeito ver Lima, 2003; Martins, 2005).

Cada pescador de siri possui seu grupo de descarnadeiras que podem ser as mulheres da própria família ou vizinhas que são “contratadas” por esse pescador ou por um pombeiro. A rede de intermediação pode envolver mais ou menos pessoas. Às vezes o pescador que captura o crustáceo também realiza o cozimento e, outras vezes, entrega para o pombeiro local, que também o comercializa. O cozimento do produto é realizado nos quintais das casas, em geral em pequenas fogueiras improvisadas, utilizando-se latas ou painéis. Em momentos de maior abundância do crustáceo, nas *rodas de siri* entram outros membros da família, vizinhos, crianças e adolescentes. Todos precisam ajudar para dar conta da caixa de siri. Nesses momentos, a atividade é eminentemente tarefa das mulheres, inclusive em outras regiões do Estado.

Em momentos de ausência do pescado, por algum acidente ou entre-safra do produto, é o trabalho com siri que sustenta a família e congrega a maior parte do trabalho feminino na pesca. Na totalidade do grupo estavam registradas como descarnadeiras em Itaoca 160 mulheres. Embora seja um trabalho de baixa remuneração, possui entretanto um custo menor do que outra técnica de pesca, que exige manutenção do barco, combustível, apetrechos, alimentação, etc. O produto é capturado em geral em regiões mais próximas da praia. No caso das mulheres, como é uma atividade realizada no espaço doméstico, isso lhes permite assumir outras tarefas que geram renda, tais como: vender doces e salgados, costura, venda de serviços e produtos de higiene e beleza.

A existência ou ausência da produção diária de pescado determina o cotidiano e a imagem do próprio lugar. Assim, qualquer acidente ambiental que afete a Baía de Guanabara reflete na população de Itaoca e no seu cotidiano de trabalho e renda. O pescado movimenta a rede de relações, seja no plano privado seja no público. A expressão usada pelas mulheres para designar esses momentos de queda da renda é o tempo do *povo malocado*, que quer dizer em casa. Quando a pescaria retorna, aumentam as perspectivas de trabalho e sobrevivência e, então, as ruas e bares locais voltam a ser ocupados pela conversas, reuniões e festas.

Hoje as populações que vivem no entorno da Baía, e não só Itaoca, sofrem as conseqüências de um processo de urbanização acelerada e excludente, que, entre outras coisas, aumentou os índices de poluição e degradação dos ecossistemas locais. No caso da região de Itaoca, e que aqui nos interessa, a mesma faz parte de uma das mais importantes áreas de proteção ambiental, a APA (Área de Proteção Ambiental) de Guapimirim, possuindo um importante ecossistema de manguezais. Os desastres ambientais que ocorreram nos últimos anos na Baía de Guanabara afetaram significativamente esses ecossistemas e sem dúvida a vida da população de Itaoca. Um dos desastres mais marcantes para essa população, e detectado em nosso estudo, foi o derramamento de dejetos químicos de refinarias da empresa Petrobrás, que ocorreu no ano de 2000. Em noventa por cento das entrevistas e registros de campo, esse episódio é mencionado de forma

emocionada. A expressão utilizada é: “quando óleo derramou”. Chana e Telma relatam as consequências desse fato para a produção pesqueira e a vida na região:

Depois que o óleo derramou... quer dizer. Você tem que arranjar um biscate, fazer alguma coisa. Só o siri não dá.

(...) sem mentira, pela felicidade dos meus filhos... Era assim o bagre que ele trazia. A cabeça era isso... Depois desse derramamento de óleo, nunca mais teve bagre desse tamanho.

Para as catadoras de siri significou uma perda, não apenas numa das fontes de renda, advindas do trabalho familiar em torno da pesca, mas também nas relações familiares. Muitos pescadores perderam suas embarcações ou apetrechos de pesca, ficaram sem trabalho e renda, com problemas de saúde, enfrentando situações de alcoolismo e/ou violência doméstica. As mulheres buscaram formas alternativas de trabalho e renda fora da Ilha, como domésticas ou diaristas. A ausência do universo familiar, por uma longa jornada diária ou até mesmo por semanas, influenciou nas atividades e frequência das crianças à escola, já que tradicionalmente nesses grupos cabe à mulher o cuidado com os filhos e a casa. No universo da pesca, a visão atribuída ao trabalho da mulher requer análises mais aprofundadas, já que essa visão aparece em geral atrelada a uma idéia romântica e estereotipada da natureza feminina, que define como inerente ao feminino o trato do lar. A divisão das tarefas laborais se define entre o espaço do mar e o espaço da terra. Cabe aos homens a pesca na Baía de Guanabara e às mulheres a limpeza ou beneficiamento do peixe nos espaços da praia ou nas residências e a comercialização local dos produtos. Nos espaços dos manguezais, na retirada de lenha e caranguejo, homens e mulheres trabalham em grupos ou individualmente. Não é possível tratar de forma mais aprofundada as discussões relacionadas a gênero, trabalho e meio ambiente (que podemos encontrar em outros estudos, tais como os de Castro & Abramovay, 2005; Cruz, 2005; Scott & Cordeiro, 2006).

Voltando ao episódio do derramamento do óleo, procurou-se tratar desse fato como um episódio

ambiental que acarretou perdas afetivas, atingindo o território de vida e trabalho das mulheres e suas famílias. Aqui, a categoria de território é tratada segundo as idéias de Santos (2004), que a define como o conjunto dos objetos sociais e dos dados naturais, modificados pela ação intencional do homem, através de seus sucessivos sistemas de engenharia. No uso ambíguo da palavra espaço, por vezes encontramos as designações de lugar, território e paisagem. Santos (2004) chama a atenção para o seu caráter diferenciado e seu conteúdo técnico.

Como o espaço é produzido e é também produto de processos materiais e de diferentes significações para os homens, esses elaboram e desfazem os objetos de acordo com seus interesses e necessidades, ainda que não sejam precursores de suas ações, mas por fazerem parte de uma totalidade de ações. Relacionando a uma das problemáticas do estudo, pode-se inferir, por exemplo, que a preservação do ambiente natural está sob o controle dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações, quando no ambiente natural são lançados inúmeros artefatos descartáveis, que alimentam a produção de novos objetos artificiais. A degradação do espaço e os processos de urbanização geram ações de estruturação do espaço. Essas ações são combinadas e consolidadas pelos atores sociais e o deslocamento desses atores no espaço funciona como se fossem condutores de ação. A prática desses atores modifica o meio e serve de ordenamento ao processo produtivo. Para Santos (2004), a imposição de um agir formal e técnico desqualifica o agir simbólico, cultural. Entretanto, no espaço cotidiano as formas de agressão estão superpostas. O triunfo de uma sobre a outra é aparente e não é capaz de suplantar a capacidade transformadora do homem.

Os homens, ao produzirem sua existência, ao construir e reconstruírem sua história, produzem continuamente o espaço, dando a este uma dimensão concreta e cambiante. É no espaço que as práticas sociais se atualizam e informam as novas gerações. O espaço, no entanto, não se constitui apenas num conceito abstrato circunscrito a um território; ele é antes uma dinâmica da metrópole (Santos, 2003). Desse modo, o uso do espaço provoca não só mudanças na conformação geográfica, mas impõe também novas funções aos lugares e aos sujeitos. Segundo Carlos (1994, p. 323),

A constante renovação — transformação do espaço urbano por meio de mudanças das formas da cidade — produz transformações nos tempos urbanos da vida cotidiana, da relação de vizinhança, dos modos e tempos de apropriação/uso dos espaços públicos, por exemplo, da rua.

Em outra direção, mas com pontos convergentes, os estudos sobre percepções ambientais, representações, atitudes e valores dos homens, ganham força a partir da década de setenta, tendo como um de seus representantes Yi-Fu Tuan. Esse autor traz o conceito de topofilia (Tuan, 1980), que aborda as percepções e valores dos homens na sua relação com o meio ambiente, com seu lugar. Segundo esse autor, a gama de significações dadas ao lugar pelo homem é um dos itens que o diferenciam de outros animais. Os espaços e os objetos são símbolos de pertencimento a um grupo, a uma atividade profissional, a um gênero humano. São marcas no espaço do lar e da comunidade, da cultura de um grupo. Assim, o impacto nos espaços de moradia e trabalho de populações que vivem da pesca artesanal, por exemplo, não produz apenas um dado econômico, na renda local, mas produz uma intervenção nas formas de sociabilidade e nas relações de pertencimento e vizinhança. Cada objeto de uso cotidiano no trabalho da pesca ou no beneficiamento do pescado possui uma relação afetiva com esse trabalhador. O barco é em algumas ocasiões a própria casa. A rede, um esforço financeiro e de habilidade de outros companheiros no tecer dos fios. Para as mulheres descarnadeiras de siri, as pequenas facas utilizadas para extração da carne do crustáceo constituem-se em objetos que auxiliam as tarefas laborais, encontram-se em destaque nas casas e são guardadas pelas mulheres como relíquias. Segundo Chana, que trabalha com siri há vinte anos:

(...) Elas pegam o jeito da mão, a gente se acostuma a tirar com essa faquinha e outra atrapalha.

SABERES AMBIENTAIS E PRÁTICAS DE TRABALHO

As agressões ao ecossistema e aos grupos ligados à pesca artesanal constituíram-se em questões que

atravessaram a pesquisa, no que concerne à discussão de algumas categorias, não definidas anteriormente como prioritárias ao estudo, como lugar e saberes tradicionais. As questões ligadas à aplicação das medidas legais, definidas como ações compensatórias⁴, embora aplicadas na região de Itaoca, não deram conta das perdas afetivas da população e nem gestaram um projeto coletivo para a região. As intervenções no próprio espaço físico sofreram críticas das mulheres, sob a argumentação de serem ações gestadas sem consulta à população e impostas à cultura local. Um dos exemplos citados nos depoimentos das mulheres é a obra de construção de uma área de lazer que impôs um padrão arquitetônico, nos moldes de outras regiões do país, criando assim o chamado “calçadão da praia da luz”. Além da imposição cultural, a obra ocasionou perda nas alternativas de renda dos moradores que possuíam pequenas barracas de venda de peixe e bebidas, como também no patrimônio histórico tombado. Existe na região a Capela da Luz, construída pelos portugueses no século XVII, que segundo os depoimentos teve sua fachada alterada de forma equivocada, desrespeitando as definições do patrimônio histórico.

O episódio do derramamento de óleo acabou funcionando como um dispositivo de discussão e organização dos moradores e das pescadoras em torno das questões ambientais, qualificando a fala dos mais experientes e antigos moradores que possuem conhecimentos sobre o ambiente físico e social. O papel das mulheres descarnadeiras de siri destacou-se na organização dos pescadores, tanto ao nível local como externo, produzindo uma discussão sobre a definição profissional desse segmento, aliando-se a lutas mais nacionais da pesca artesanal. Possibilitou as discussões com técnicos de diversas instituições públicas e privadas, ligadas ao meio ambiente e a confrontação dos saberes práticos e científicos. O resgate desses momentos, exigidos pela pesquisa, atualizou as histórias e as discussões ainda presentes no cotidiano desse grupo.

Nos depoimentos abaixo transcritos trazemos uma parte dos diálogos retirados das entrevistas, que ilustram a discussão. Esses diálogos aconteceram em grupo, nos quintais das casas onde as mulheres trabalham com siri. Os que aqui aparecem são os dos informantes definidos como lideranças locais — Associação de pescadores e Movimento de

mulheres (Selma e Valentina) e um pescador (Paulinho). Os demais compõem o grupo de descarnadeiras. Esses depoimentos falam, entre outras coisas, do processo de retirada do óleo e limpeza dos manguezais.

O povo não queria saber do peixe, ficava com medo. Dizia que o peixe, o caranguejo cheirava óleo.
(Paulinho)

Os resultados das análises dos peixes e da qualidade da água permitiram a liberação do pescado para o consumo um mês após o acidente. Para os pescadores que vivem da comercialização do pescado, a liberação técnica da Petrobrás não foi suficiente para retornar a credibilidade da população. Outras causas são apontadas pelas mulheres além do derramamento e que, segundo as mesmas, já atingem a Ilha há muitos anos. Segundo Valentina e Selma:

- De imediato nós corremos o risco de não ter mais pescaria, de sumir tudo.
- E tem essa questão também, Valentina, não só do vazamento do óleo, daquela época da Petrobrás, mas também tem esgoto (...) tem uma fábrica... eu acho que de produtos farmacêuticos... ela joga tudo no rio que deságua aqui perto.
- E é o local onde os peixes vão para desovar, entendeu?

Telma, uma das mulheres descarnadeiras, e o pescador Paulinho conhecem os problemas causados aos pescadores com o fechamento de um dos canais da região. Mencionam nesse diálogo o investimento na luta pela melhoria das condições ambientais da região. Para Telma, que tem na pesca sua principal fonte de renda, já que ela e o marido são pescadores, a melhoria nas condições ambientais e no aumento do pescado significa melhoria da renda familiar, manutenção dos filhos na escola e organização de novos projetos de vida.

E o canal? Por isso que eu tava naquela reunião. Então foi pra falar nesse assunto. O canal, a desova... O plano era levar para o governo lá em Brasília pra reabrir o canal todinho — Reabrir o canal? Se reabrir o canal a pescaria cresce de novo.

Os saberes produzidos nessa relação com o trabalho e a natureza, embora desqualificados socialmente, são motivo de orgulho para esse grupo. São apresentados como um conteúdo que informa o cotidiano e a cultura local. As tarefas da pesquisa também incorporavam as informações advindas desse conhecimento prático.

Amanhã você não vem não... não tem siri... Quando venta siri some...

Os conhecimentos sobre os ecossistemas naturais circulavam na *roda de siri* e alimentavam longas conversas, traziam os vizinhos, os pescadores, explicitavam as preocupações com os ecossistemas, com as condições de trabalho. Faziam circular os laudos técnicos e as interpretações sobre os mesmos, como coloca Valentina:

(...) o mangue filtra, entendeu? Qué dizer... aí que toda poluição que vem, vai pro mangue. É garrafa, sapato, poltrona, geladeira... é tudo fundo de baía... então vem tudo pra cá pro nosso lado, né? Inclusive o vazamento de óleo. O manguezal ficou muito prejudicado... o caranguejo demora muito a aparecer, né? Aí ficamos numa situação terrível.

Aí veio um estudo pra ver o grau de poluição. Aí foi constatado que o mangue acabou...

Para as mulheres que trabalham como descarnadeiras, a incerteza era maior, tanto pela natureza especial e familiar do trabalho na pesca artesanal como pela ausência de vínculo empregatício. Algumas mulheres, até o episódio do derramamento do óleo (2000), não possuíam nenhum registro ou carteira de associações ou colônia de pesca que comprovasse o desempenho da atividade. Também não possuíam registro junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Essa realidade dificultava o trabalho de cadastramento do universo de trabalhadores na pesca e que deveria ser feito com o auxílio das Associações e colônias de pescadores, para o encaminhamento das indenizações em virtude das perdas decorrentes do derramamento de óleo. Poucas foram as mulheres que receberam indenizações. Entre as nossas informantes apenas três receberam uma pequena quantia em dinheiro.

As incertezas em relação ao comprometimento que a poluição provocou no ecossistema local e nas espécies que produzem o próprio alimento para a população trouxeram muitas preocupações, afetando inclusive a saúde de alguns, causando o que eles denominaram de “problemas de nervos”. Afinal diversas famílias perderam seus apetrechos de pesca de um dia para o outro. Segundo os nossos informantes, as dúvidas quanto a viver da pesca e do beneficiamento do pescado aumentaram a sensação de fragilidade dos moradores que, perante os avanços tecnológicos e uma gestão incorreta do mecanismo de proteção ao meio ambiente, vêm sua vida e seu lugar afetados de forma drástica.

Entretanto, a tristeza e as perdas geraram mobilização, busca de caminhos, discussão de possibilidades e projetos.

Embora não dominem os conceitos técnicos e teóricos dos saberes científicos sobre meio ambiente, compreendem o conteúdo político desses saberes e das conseqüências sobre suas vidas. As escolas locais implementaram discussões e projetos com as

crianças e adolescentes. Algumas destas iniciativas e projetos consolidaram-se, outras não avançaram, mas são lembradas e mencionadas como momentos positivos para os moradores.

Desse modo, a produção de saberes e propostas sobre o meio ambiente, educação, construções de valores de proteção à vida, assumiram uma dinâmica mais concreta para esses sujeitos. Gerou disputas e divergências entre os laudos oficiais e as observações da população. O pagamento de parte das indenizações pela Petrobrás aos pescadores, por exemplo, materializou a aplicação das ações compensatórias, prevista na lei de 9.605/1998 (Brasil. Ministério do Ambiente, 2000a). Fez emergir as questões estruturais do setor pesqueiro, quanto às estatísticas e perfil dos trabalhadores, quando se interrompeu o pagamento das indenizações, pela inexistência de dados confiáveis (o censo de pesca ainda estava sendo concluído). No quadro abaixo relacionamos algumas ações e projetos que aconteceram nesse período e nos quais participaram as descarnadeiras.

PROJETOS	AÇÕES
Projeto guardiões do mar	Geração de emprego e renda, educação ambiental para os catadores de caranguejo
Projeto de urbanização da Praia da Luz	Construção de área de lazer e restauração do patrimônio histórico (Capela da Luz)
Cooperativa de trabalhadores	Discussão e organização de grupos para criação de cooperativa de descarnadeiras (ITACOUPER/SIRILUX ⁵)
Cooperativa Manguezarte	Educação ambiental e desenvolvimento de trabalhos artesanais com materiais reciclados para geração de renda (hoje já possui uma sede local)
Recuperação do mangue “projecto replantio”	Limpeza e replantio da vegetação do mangue
Placas indicativas do patrimônio	Colocação de placas indicativas incentivando o ecoturismo e o turismo histórico
Eventos de defesa do meio ambiente	(“Abraço à Praia da Luz!”) (“Passeio do peixe gigante” construído de material recolhido na região e levado por um caíque a baía de Guanabara)

FONTE: Relato dos informantes e moradores (2004/2005).

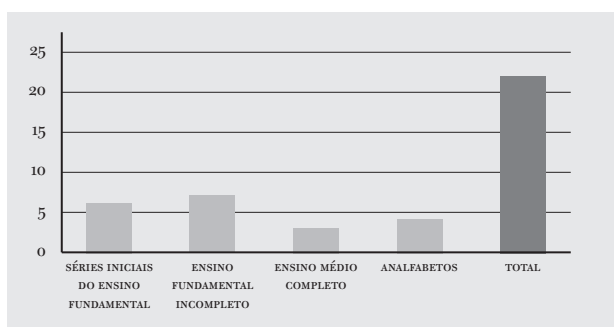
A necessidade de enfrentamento dos problemas na ordem das políticas ambientais e educacionais para os grupos de trabalhadores na pesca é na verdade uma marca histórica no Brasil. São necessárias ações que apostem num conhecimento crítico e inclusivo, que articule sociedade, natureza, homem e cultura. O que não significa trabalhar com uma idéia ingênua e romântica sobre os modos de vida

dos pescadores e da sua relação com a natureza. Até porque esses grupos não vivem num mundo idílico, onde o conhecimento formal, advindo de um conhecimento científico, pudesse ser abandonado. Aqui, o que interessa é a discussão sobre a qualificação dos saberes ambientais produzidos por essas populações e a crítica à negação desse saber, inclusive pela instituição escolar, que recebe alunos e alunas que

são trabalhadores na pesca. As informantes vêm na escola e no conhecimento formal um projeto de vida para os filhos. A maioria das mulheres entrevistadas possui uma baixa escolarização, desse modo o valor atribuído à escola é o da superação de uma herança negativa. Entretanto não se enganam quando dizem que: “seus conhecimentos pouco servem para ganhar a vida fora do mar”. Abaixo apresentamos os dados coletados sobre escolaridade e renda.

Gráfico n.º 1

GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Dados obtidos através de relatos em 2003/2005.

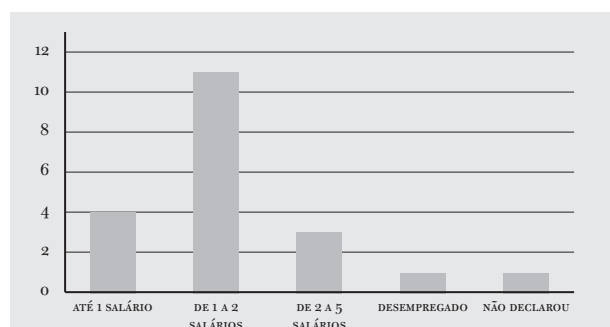
A dificuldade de acesso das mulheres mais velhas à escola deve-se, além dos fatores locais de não existência de unidades escolares na região e horários da pesca incompatíveis com a jornada escolar, a questões de gênero, que também aparecem nos relatos das mulheres. O casamento precoce interrompia os projetos de estudo mesmo para aquelas que desejavam buscar a escolarização. As mais jovens tiveram experiências escolares mais duradouras e não eram proibidas de acessar à escola como as mais velhas, que tinham que escolher entre o casamento e a escola. O estigma da baixa escolarização era percebido como algo vergonhoso, que deveria ser escondido até do pesquisador. Algumas declarações de escolaridade não se confirmaram na prática da escrita. Na ocasião em que solicitou-se as declarações para concessão e uso dos depoimentos, duas das mulheres, que não se declaram analfabetas, não souberam assinar. Aqui trabalhou-se apenas com os dados declarados pelas informantes. É necessário compreendê-los no contexto educacional Brasileiro e das dificuldades em assumir a marca social do analfabetismo. A passagem pela escola, breve e por vezes irregular, não possibilitou às mulheres, nem a conclusão dos estudos, nem o aprendizado inicial

da leitura e escrita. Algumas, como Dona Semirami, de noventa e dois anos, declarava saber ler mas não sabia escrever. Segundo a mesma, não havia em sua vida cotidiana uma demanda por escrita, mas por leitura. Era ela quem lia, para o marido e os vizinhos, as cartas e os documentos de registro de nascimento, as notas de venda do pescado. O uso social da escrita para esse grupo foi mais restrito. Além disso, durante muitos anos não havia nenhuma escola pública na Ilha e os moradores eram alfabetizados por explicadores, que eram moradores da Ilha e que possuíam o antigo curso primário.

Do mesmo modo, o constrangimento em declarar a renda fez refazer o quadro diversas vezes. A declaração de renda significava exposição de uma situação de pobreza e de desvalorização profissional que não agradava às informantes. Só o tempo de convivência com o grupo possibilitou a revelação desse dado ao pesquisador.

Gráfico n.º 2

NÍVEL DE RENDA DOS ENTREVISTADOS



FONTE: Relatos e conversas informais (2004/2005).

SABERES TRADICIONAIS — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho no mar confere uma identidade singular ao sujeito pescador, que o diferencia daqueles que trabalham presos à terra. As condições objetivas do trabalho expressam, na verdade, modos de pensar e representar o universo de vida e conhecimento sobre os territórios marítimos que não se ancoram apenas em aparelhos, sonares, computadores, mas em vivências, observações e crenças.

A pesca hoje possui aparatos tecnológicos e experimenta processos econômicos de produção em grande escala. O desenvolvimento tecnológico conferiu maior controle do processo de captura e

industrialização do pescado. Entretanto, existe um dado de imprevisibilidade do qual o domínio tecnológico não dá conta e nem sempre abarca.

Os pescadores artesanais, que constituem-se em um grande contingente de trabalhadores, convivem diariamente com a imprevisibilidade, o baixo desenvolvimento tecnológico e precárias condições de pesca. As embarcações, apetrechos, armazenamento e comercialização do pescado, não são adequados ao padrão de qualidade exigido por um produto tão perecível. Ao mesmo tempo, em outro ramo da produção pesqueira, a pesca industrial, as formas de captura acessam tecnologias de ponta, supervalorizando os artificios tecnológicos e a busca do aumento da produção, mesmo que à custa do esgotamento dos recursos naturais e/ou da utilização de formas predatórias e agressivas ao meio ambiente. Essa realidade estrutural da pesca no Brasil, vista de forma breve, coloca em desvantagem social e política a imensa massa de mulheres e homens que vivem da pesca, e que complementam os índices de trabalhadores analfabetos, ou com pouca escolarização e qualificação profissional. Desse modo, a desqualificação do conhecimento prático, a que chamamos de tradicional, acumulado por essas populações, é consequência, em parte, dessa realidade social e política. Cabe sinalizar que as discussões sobre trabalho, escola e conhecimento na sociedade capitalista não devem ser desconsideradas (a esse respeito, ver Enguita, 1989; Frigotto & Ciavatta, 2001).

Os trabalhadores(as) do mar aprendem, pela experiência e pela utilização de apetrechos de trabalho, a lidar com as estratégias de sobrevivência e de preservação do meio ambiente. O predomínio de um saber tecnológico que desqualifica as práticas tradicionais e o conhecimento das populações inscreve-se nas questões relacionadas aos paradigmas da ciência e à reprodução das estruturas de poder da sociedade. No contato permanente com os ecossistemas naturais, esses grupos acumulam conhecimentos sobre as regiões, seus ciclos naturais, a reprodução e migração das espécies. Este conhecimento deveria ser incorporado às definições técnicas das políticas ambientais e dos planos de manejo das áreas naturais protegidas. Na verdade, reconhecer a importância desse conhecimento é implicitamente reconhecer essas populações como sujeitos

históricos, portadores de conhecimentos importantes e de poder de gestão (Diegues, 2002).

O modo de pensar dos chamados povos tradicionais, especificamente os pescadores artesanais, não está alheio, no entanto, à presença do mundo urbano, que apresenta visões muitas vezes equivocadas e de desvalorização dessas populações. O pescador é visto como indolente, preguiçoso, portador de saberes atrasados e não urbanos. Os próprios pescadores identificam-se assim, ou se referem dessa forma aos seus companheiros e companheiras.

A educação via escola, por outro lado, reforça uma outra imagem, sob percepções idílicas e românticas, presentes nos próprios livros didáticos e nos projetos curriculares voltados para as discussões das profissões.

As formas de conhecimento dos povos do mar e suas práticas de transmissão não são percebidas como aprendizagens ressignificantes no fluxo da história desses grupos. A questão da tradição não é tida como algo dinâmico, em movimento, de geração para geração, e sim como algo congelado na história. Lúcia Cunha (2003, p. 105), entre outros, discute essas questões:

(...) além de o pescador artesanal ser destituído de sua condição de humanidade, os olhares externos desconhecem que esse sujeito social possui uma forma de ordenação temporal e espacial dissonante do contexto urbano-industrial e um conjunto de saberes patrimoniais decorrentes de uma interação secular com a natureza, dos quais a modernidade não pode prescindir para sua continuidade no tempo. Isso sem que se pesem as mudanças sociais que se vêm processando no interior das comunidades pesqueiras nas últimas décadas, descaracterizando-as em função da expansão, do turismo e da especulação imobiliária em seus territórios.

Segundo Diegues (2002), as populações tradicionais ou culturas tradicionais são, na verdade, padrões de comportamento transmitidos socialmente. São modos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais.

Numa discussão mais ampliada em relação ao saber e à cultura das populações tradicionais e os novos

debates sobre memória e patrimônio, podemos estabelecer algumas relações.

Segmentos da sociedade civil e intelectuais voltados para a questão dos saberes tradicionais e locais trazem hoje a defesa de um novo conceito de Patrimônio Cultural. Esse novo conceito, segundo alguns autores (Gonçalves, 2003), desloca-se do engessamento anterior em que somente os bens de “pedra e cal” (igrejas, pontes, chafarizes) poderiam ser considerados patrimônio, para construir uma noção mais ligada ao homem e suas expressões culturais (Abreu & Chagas, 2003, p. 13).

Essa nova noção de patrimônio incluiria desde a língua, as festas, os rituais, as danças, as lendas e mitos, até os fazeres diversificados, criando assim o patrimônio cultural intangível. Segundo Gonçalves (2003, p. 104):

A ênfase recai menos nos aspectos materiais e mais nos aspectos ideais e valorativos dessa forma de vida. (...) a intenção é no sentido de registrar as práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações.

Segundo os autores citados, as novas discussões sobre o patrimônio cultural intangível desenham um cenário distinto da antiga noção de patrimônio ligada à preservação e tombamento de bens materiais e tangíveis.

Essa definição passa inclusive pelo campo do “biopatrimônio” genético, propondo novos olhares para a relação entre natureza e cultura, facilitando a compreensão da noção de patrimônio natural, como uma construção que se faz a partir do intangível (Gonçalves, 2003, p. 12).

Essa nova conceituação liga-se à de cultura, incluindo hábitos, costumes, tradições, crenças. Enfim, um acervo de realizações materiais e intelectuais da vida em sociedade, trazendo a idéia de diversidade e pluralidade (Gonçalves, 2003). As contribuições da antropologia e da pesquisa etnográfica são fundamentais para ampliar as discussões sobre patrimônio intangível.

A década de 90, uma época em que se destacou com mais força as discussões sobre a “Convenção de diversidade biológica”, sinalizou a formulação de

novas políticas e determinações para as populações ditas tradicionais sobre o uso de recursos genéticos, reconhecendo a estreita relação entre a conservação destes recursos e os conhecimentos, o modo de vida, os costumes e as tradições dessas populações.

Segundo os termos da Convenção sobre diversidade biológica, as populações tradicionais interagem com o ambiente natural, conhecendo-o profundamente e conservando-o, uma vez que desenvolveram atitudes de pouco ou nenhum impacto para os ecossistemas (Abreu & Chagas, 2003).

O que está na verdade em questão em relação às discussões sobre patrimônio e populações tradicionais é a afirmação da diversidade cultural e do uso coletivo dos bens materiais. Uma discussão que vai na contramão de uma proposta de caráter jurídico e de propriedade estatal ou privada desses recursos. Pensa-se hoje numa legislação capaz de proteger os conhecimentos tradicionais — o saber-fazer, não definindo apenas uma propriedade (patente), mas sua origem e o uso coletivo.

É esse o caso, por exemplo, das Resex (Reservas extrativistas) de recursos pesqueiros, que têm sua demanda originada nos movimentos de pescadores, e que somam hoje em torno de 14 em todo o Brasil. As Resex (Decreto n.º 98897, de 1990) são consideradas instrumentos significativos para a manutenção e reprodução da cultura e das práticas sócio-econômicas de uma grande parcela das comunidades tradicionais, localizadas em regiões marinhas, costeiras, estuarinas e ribeirinhas (IBAMA/MMA-CNPT⁶).

Refletir sobre a produção e qualificação desses saberes para gestar as políticas ambientais e os planos de gestão das cidades constitui-se em metas importantes para uma relação homem/natureza e espaço urbano, numa perspectiva sustentável. A modernidade técnica postulou um modelo de ciência e sabedoria que rompeu com o saber de cunho ancestral, impondo o saber e a verdade sob paradigmas ocidentais. Isso nos legou uma herança de visão reducionista da ciência, orientada pelo domínio da técnica sobre o mundo natural (Souza, 2007). A essa visão de ciência corresponde também um modelo civilizatório que pressupôs a inesgotabilidade dos recursos naturais. Para autores como E. Morin (2000), esse modelo predatório de relação com a natureza está fadado a extinguir-se. A experiência de

ver esgotar-se os recursos pesqueiros, que alimentou gerações de familiares, produz para as populações de pescadores um conhecimento sobre a preservação dos ecossistemas locais, alertando para o significado da sustentabilidade, além da compreensão dos discursos técnico ou ideológico. O que por si só não soluciona os problemas ambientais nem garante uma consciência ecológica, já que o pescador, como dissemos, vive no mundo real e também deseja o tal “progresso” e seus ícones de consumo.

A perda do que chamamos de diversidade biofísica e cultural (Souza, 2007), para as populações tradicionais que habitam principalmente as zonas litorâneas, é um dado real, que só poderá ser transposto, em termos ideais, se houver uma mudança nas políticas de meio ambiente e de valorização dos saberes locais, no que concerne à manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Segundo Souza (2007, p. 103):

É nesse contexto que vem sendo esboçada, nos últimos anos, em vários países do sul, uma nova teoria de conservação ambiental, denominada de conservação. Essa teoria prevê a valorização dos conhecimentos locais e das práticas de manejo aplicadas pelos grupos, associadas aos conhecimentos científicos.

Outro autor que discute nessa direção, destacando os aspectos positivos de uma política conservacionista, é Diegues (2001, p. 42), para ele:

o cientista tem vantagens em dois níveis: no mais global, o uso de sistemas geográficos informatizados e o uso de bancos de dados e, no âmbito local, por outro lado, acumula conhecimentos por várias gerações sobre ecossistemas e suas variações. Existe pois grande necessidade de que se integrem essas duas contribuições ao planejamento e à execução de ações conservacionistas.

Voltando aos dados do estudo, as práticas de trabalho das mulheres descarnadeiras de siri envolvem uma rede de significados culturais e conhecimentos sobre os ecossistemas locais relacionados com as condições da pescaria, que incluem, por exemplo, informação sobre reprodução das espécies, safra do pescado ou direção do vento. Envolvem também as práticas de grupo aprendidas através de três

gerações de mulheres que, na dinâmica da *roda de siri*, atualizam as histórias do lugar e de seus sujeitos. A primeira geração, conforme caracterizada no estudo, é composta pelo grupo de avós, que desenvolveu atividades na *roda de siri* durante um período de trinta a cinquenta anos. A segunda — filhas, netas e noras — entre trinta e vinte anos. A terceira geração, composta pelas bisnetas ou noras mais jovens, entre dez e quinze anos de trabalho. A forma de trabalho, a disposição física e os instrumentos de trabalho têm variado muito pouco nos últimos cinquenta anos, que correspondem ao tempo estudado.

O estar em círculo, a que chamamos *roda de siri*, agregava não só os vizinhos, mas também as crianças. Neste caso, essas rodas serviam como espaços de aprendizado para as crianças, sobre os ecossistemas locais e práticas de trabalho na pesca. Há cinquenta anos atrás não havia uma unidade escolar na Ilha; para estudar tinha que ir para o centro de outra cidade, em geral a cavalo ou de barco. Os conhecimentos advindos das práticas de trabalho incorporavam-se nas brincadeiras e tarefas da infância. As crianças, e mulheres em geral, eram responsáveis pelo conserto das redes menores, os puçás, por pegar lenha no mangue e recolher os animais. Hoje as crianças freqüentam as *rodas* para fazerem seus trabalhos escolares acompanhados pelas mães, avós ou tias. Quando necessário auxiliam na extração da carne de siri. As crianças menores permanecem brincando ou no colo de uma das mulheres. As mães e avós definem a escola como prioritária para as crianças, susceptível de lhes proporcionar um futuro melhor e um saber mais qualificado socialmente.

É claro que é a escola! Porque a criança com três anos vai direto, né? Quando chega a dezoito é gente no meio do povo. E o trabalho? Escola é escola (Semirami).

O trabalho na pesca não é mais valorizado como um aprendizado significativo para os jovens em relação ao projeto de vida das famílias, tanto pelas razões que os limites dos textos não permitem aprofundar, relacionadas com a função social da escola e a expansão do ensino, mais contundente para as populações mais jovens no Brasil atual, como pelas relacionadas com a realidade da pesca artesanal no Brasil e seus trabalhadores. O aprendizado ligado à cultura da pesca é indicado como importante e

definidor de uma identidade, mas apontado como algo que só tem validade para o grupo em espaços específicos. Para as mulheres não é um trabalho socialmente aceito como tarefa profissional.

A dinâmica escolar local, embora defina como projeto a incorporação dos saberes das famílias de pescadores no seu cotidiano curricular (o que foi observado no trabalho de campo, junto a escola), funcionava como um dispositivo para ser acionado como um evento folclórico. A mesma pescadora que era chamada para relatar ou dramatizar sua experiência de trabalho para os alunos e pais da escola, numa solenidade comemorativa onde suas práticas de trabalho eram apresentadas de forma positiva e enaltecedora de virtudes, à noite, enquanto aluna da mesma escola, não podia relacionar sua prática com os conteúdos da aula de biologia ou história, sob o argumento de que não eram conteúdos das matérias escolares que compõem a grade curricular.

A distinção entre a relação com o saber e as relações de saber, distinguida tal como o faz Charlot (2000), ajuda a pensar um pouco sobre essas questões, no que concerne à legitimidade dos saberes para os sujeitos num dado grupo social. As posições e as práticas sociais revelam posições quanto ao aprender e ao saber que dependem do lugar que os sujeitos estão ocupando nas relações sociais. É claro, como nos salienta o autor, isso não é uma proposição determinista. Entretanto, para alguns grupos, certos conteúdos são validados num espaço e não em outros. Certas formas de construir o saber são invalidadas no fluxo da dinâmica escolar. Para os jovens, por exemplo, os conteúdos do aprender na prática de trabalho podem definir uma identidade cultural ou profissional, um aumento na autoestima. No entanto, isso não está desvinculado de qual profissão se está falando e qual o lugar de poder que ocupa na sociedade atual, seja pela remuneração, seja pelo status que lhe é conferido. O ser pescador artesanal no Brasil ainda está vinculado a situações de pobreza, marginalização e desqualificação profissional, que não interessam aos jovens, ainda que sejam oriundos de famílias que tradicionalmente viveram da pesca e se mantiveram em bons patamares de conforto. Evidentemente que as formas de construção de saberes desse universo profissional também não se definirão com o status de saberes importantes para a sobrevivência ambiental do grupo.

A aposta política nos saberes tradicionais dos pescadores é um ganho para as populações que vivem da pesca e para as políticas de meio ambiente, embora, por si só, não implique uma mudança radical nas estruturas de poder e de produção de conhecimento da sociedade. Por outro lado, esta aposta tão pouco negaria a importância do conhecimento científico e tecnológico, necessários para o avanço da produção pesqueira artesanal e para a melhoria das condições de vida e trabalho de pescadores e pescadoras.

O que aqui se coloca como reflexão é a falsa dicotomia entre o saber local ou tradicional e o saber científico, como se a separação determinasse um lugar de verdade e especificasse os espaços de produção de saberes de forma absoluta. Vejamos, por exemplo, o caso da escola de Itaoca que a pesquisa analisou em parte do estudo. Por um lado, as informantes definem-na como um espaço de sistematização de conhecimentos importantes para o grupo e para seus filhos. Por outro lado, é esta mesma escola que na aplicação do seu projecto pedagógico acaba por não reconhecer a capacidade de produção de saber dos sujeitos que a materializam e, em consequência, por não contribuir para a sua qualificação no espaço local. Cabe salientar que o que se designa aqui como local é um espaço de vida e trabalho de um determinado grupo, com seus saberes, valores, crenças e concepções, que se articulam com a estrutura do global (Santos, 2004).

Os processos de escolarização ainda validam e sustentam um conhecimento despartado dos grupos locais e de sua realidade social e cultural. É necessário que a escola pública tenha condições de incentivar nas crianças as práticas que valorizam seus modos de vida e trabalho, produzindo um conhecimento crítico e inclusivo que articule sociedade/natureza/homem/cultura. Desse modo, a escola em Itaoca precisa, não somente de projetos pedagógicos, mas também de recursos materiais e humanos para funcionar na sua plenitude. Os saberes produzidos pelo grupo de mulheres pescadoras, principalmente os ambientais, precisam ser confrontados no fluxo das discussões sobre currículo, saber e poder. O saber e o saber-fazer das populações tradicionais precisam ocupar o espaço da escola, especialmente aquelas implantadas em seus locais de moradia, implementando e alimentando as propostas e debates sobre sustentabilidade, educação e meio ambiente,

numa perspectiva do humano e não do capital, logo de alteração das bases de realização dos sistemas econômicos. São apostas que necessitam de persistências e poder político para se concretizarem. Como

nos coloca o escritor Moçambicano Mia Couto, através de um de seus personagens: “A lua anda devagar mas atravessa o mundo”.

1. Professora Doutora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Membro do grupo de pesquisa Educação e Contemporaneidade — EDUCON, e Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos — GEPEC. A pesquisa original foi orientada pela Profa. Dra. Vera Maria Ramos de Vasconcellos (Tese de doutoramento — UFF. RJ/2005, referenciada na bibliografia).

2. Refere-se às músicas de Aldir Blanc e João Bosco (“Mestre sala dos mares”) e de Caetano Veloso (“O Estrangeiro”).

3. Dados relacionados com a situação sócio ambiental da Baía de Guanabara podem ser encontrados no Dossiê sócio-ambiental da Baía de Guanabara (Zee, 2000).

4. Lei nº 9. 605/98, Lei dos crimes ambientais, destinada a amenizar os prejuízos ambientais e materiais (Brasil. Ministério do Ambiente, 2000a).

5. Cooperativa de Pesca de Itaoca e Associação de Pescadores da Praia da Luz.

6. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente/Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.) (2003). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2000a). *Lei da vida: lei dos crimes ambientais nº 9. 605 de 12/02/1998*. Brasília: MMA.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (2000b). *Decreto lei 3. 179/1999*. Brasília: MMA.
- CARLOS, A. F. A. (1994). *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Edusp.
- CASTRO, M. G. & ABRAMOVAY, M. (2005). *Gênero e meio ambiente*. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO/UNICEF.
- CHARLOT, B. (2000). *Da relação com o saber. Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: ArtMed.
- CRUZ, M. H. S. (2005). *Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade*. São Cristóvão/Sergipe: UFS, Fundação Oviedo Teixeira.
- CUNHA, L. H. O. (2003). Saberes Patrimoniais pesqueiros. In A. C. S. DIEGUES (org.), *Enciclopédia caiçara*. Volume I. São Paulo: HUCITEC/NU-PAUB/CEC/USP.
- DIEGUES, A. C. S. (2001). *Pescando Pescadores*. São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, A. C. S. (2002). *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- DIEGUES, A. C. & NOGARA, P. J. N. (1999). *O nosso lugar virou parque. Estudo sócio ambiental do saco de mamanguá*. Paraty/Rj: NUAUB/USP.
- ENGUITA, M. (1989). *A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (orgs.) (2001). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis/RJ: Vozes.
- GONÇALVES, J. R. S. (2003). O patrimônio como categoria do pensamento. In R. ABREU & M. CHAGAS (orgs.), *Memória e patrimônio*. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 19-54.
- LIMA, J. P. (2003). *Pescadoras e donas de casa: a invisibilidade do trabalho das mulheres numa comunidade pesqueira — o caso da Baía do Sol*. Dissertação de mestrado — Programa mestrado em Sociologia. Belém: UFP.
- MARTINS, M. C. (2005). *Partilhando saberes na roda de siri: entre o mundo do trabalho e as memórias de infância*. Tese de doutorado em Educação. Niterói: UFF.
- MORIN, E. (2000). *Saberes locais e saberes globais: o olhar transdisciplinar*. Rio de Janeiro: Editorial Garamond.
- SANTOS, N. (2003). *Por uma geografia nova*. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, N. (2004). *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP.
- SCOTT, P. & CORDEIRO, R. (orgs.) (2006). *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimento e políticas públicas*. PERNAMBUCO: UFPE.
- SOUZA, R. M. (2007). *Redes de Monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade*. São Paulo: Annablume.
- TUAN, Yu-Fu (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.
- ZEE, D. (org.) (2000). *Centro internacional de desenvolvimento sustentável, escola brasileira de administração pública*. Rio de Janeiro: CIDS, Fundação Getúlio Vargas.